

DOSSIÊ: “FRONTEIRAS COLONIAIS, MEDIADORES CULTURAIS E REGISTROS DOCUMENTAIS: SUJEITOS E DINÂMICAS FRONTEIRIÇAS EM DIÁLOGO”

Significando legitimidades na luta anticolonial angolana: O caso Nhyakatolo Chissengo, símbolo feminino da cultura de um povo

Signifying legitimacy in the Angolan anti-colonial struggle: The case of Nhyakatolo Chissengo, a female symbol of a people's culture

Dayane Augusta Santos da Silva

Instituto Federal de Brasília, Brasília, DF, Brasil

RESUMO: Durante a luta anticolonial, as autoridades portuguesas procuraram estabelecer acordos de colaboração com as chefias tradicionais das comunidades situadas nas zonas rurais de Angola. Muitas dessas lideranças, inseridas em estruturas hierárquicas tradicionais, encontravam-se em posição estratégica de mediação entre as populações locais, os movimentos de libertação e as instituições do Estado português. Assim, por meio de um jogo duplo, buscavam reconfigurar e fortalecer o seu capital político. É nesse contexto de disputas que, por exemplo, na província do Moxico, personalidades como a rainha Nhyakatolo Chissengo foram mobilizadas pela administração e pelo comando militar portugueses com o objetivo de sensibilizar sobas, lundas e luenas. Pretende-se, portanto, demonstrar que o aparato e as estruturas tradicionais não podem ser desconsiderados, pois constituem um campo de disputas e negociações. Do ponto de vista metodológico, a análise concentra-se, sobretudo, no exame de documentos preservados no Arquivo Nacional da Defesa (ATD), em Lisboa, especialmente nas fontes do Ultramar referentes ao período de 1950 a 1975. Neste artigo, sem perder de vista o debate historiográfico sobre as mulheres e a luta de independência, busca-se evidenciar um episódio histórico que exemplifica uma série de arranjos considerados subversivos e que, direta ou indiretamente, asseguraram a presença de mulheres angolanas na luta anticolonial.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; luta anticolonial; rainha Nhyakatolo Chissengo; autoridades tradicionais; mulheres angolanas.

*E-mail: daygusta@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3335-529X>

ABSTRACT: During the anti-colonial struggle, Portuguese authorities sought to establish collaboration agreements with traditional leaders of communities located in rural Angola. Many of these leaders, embedded in traditional hierarchical structures, found themselves in a strategic position to mediate between local populations, liberation movements, and Portuguese state institutions. Thus, through a double game, they sought to reconfigure and strengthen their political capital. It was in this context of disputes that, for example, in the province of Moxico, figures such as Queen Nhyakatolo Chissengo were mobilized by the Portuguese administration and military command to raise awareness among sobas, Lundas, and Luenas. The aim, therefore, is to demonstrate that the traditional apparatus and structures cannot be disregarded, as they constitute a field of disputes and negotiations. From a methodological point of view, the analysis focuses, above all, on the examination of documents preserved in the National Defense Archive (ATD), in Lisbon, especially the Overseas sources referring to the period from 1950 to 1975. In this article, without losing sight of the historiographical debate on women and the struggle for independence, seeks to highlight a historical episode that exemplifies a series of arrangements considered subversive and that, directly or indirectly, ensured the presence of Angolan women in the anti-colonial struggle.

KEYWORDS: Angola; anti-colonial struggle; Queen Nhyakatolo Chissengo; traditional authorities; Angolan women.

*O saber é uma luz que existe no homem/mulher.
A herança de tudo que nossos ancestrais vieram
a conhecer e que se encontra latente em tudo
o que nos transmitiram, assim como o baobá
já existe em potencial em sua semente.*

Tierno Bokar

Introdução

Em Angola, nas narrativas sobre a Guerra de Independência (Reis, 1987; Kassembe & Chiziane, 2008; Paredes, 2015; Makana, 2017; Silva, 2021; Nsambu, 2024), é comum o reconhecimento de que mulheres comuns contribuíram na luta anticolonial. Jovens e senhoras, com filhos ou não, “lutavam”, “treinavam”, “transportavam material”, “trabalhavam nas lavras”, “colaboravam em ações sociais”, “estudavam com livros capturados”, “entoavam canções de guerrilha”, “atuavam nos postos de guarnições”, chegando, inclusive, não obstante os poucos registros escritos, a participar em embates abertos. O que ressalta as inúmeras atividades e tarefas desenvolvidas por mulheres comuns, muitas delas não letradas, na Guerra de Libertação Nacional.

A documentação produzida pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e apreendida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)/ Direção Geral de Segurança (DGS),¹ por exemplo, previa atuações distintas e contextuais, conjecturando modos de atuações que se dariam nas cidades, nas vilas, nas aldeias, nos departamentos públicos, nas atividades particulares e nas zonas de combate.² Nessas modalidades de atuação, das mulheres do interior, esperava-se a não cooperação com os colonizadores e o auxílio no que toca ao informe de situações vivenciadas nas comunidades, principalmente rurais.³ Na espionagem e trocas de informações.

Assim, nas atividades particulares, sugeria-se a escuta das conversas dos patrões e observação dos lugares onde guardavam armas e munições. Nas zonas de combate, o atendimento às necessidades básicas como na obtenção de medicamentos, roupas e alimentos de todas as espécies que deveriam ser encaminhados para os “guerrilheiros” e, não sendo possível, armazenados em local secreto.⁴

É documento que sinaliza a preocupação no envolvimento de mulheres que, independentemente do uso de fardas e serviços militares mais formais, eram responsabilizadas pela cobertura de uma das frentes que compunha o todo da luta anticolonial: a retaguarda.⁵ Assim atuaram em diferentes frentes e colaboraram por motivos não necessariamente associados ao nacionalismo angolano, mas que, na emergência do cotidiano, demandou delas uma tomada de posição.

Como forma de garantir atuação e colaboração dessas mulheres nas diferentes zonas rurais de Angola, existiu todo um arranjo político entre os movimentos de libertação, as autoridades e lideranças locais. No espaço da aldeia, onde muitas dessas mulheres viviam, que era também seu lugar de habitação, havia hierarquias indissociáveis à organização dessas comunidades (Henriques, 2003, p. 9). Assim, na tentativa de criar vínculos com as comunidades ali estabelecidas e assegurar participações, muitas vezes foi necessário mobilizar as hierarquias locais. Isto é, símbolos específicos, como os “reis”, as “rainhas”, os “sobas” e os “regedores”, incluídos na categoria mais abrangentes de “autoridades tradicionais”, que encarnavam a resistência da luta de libertação, foram frequentemente mobilizadas (Penoni, 2018, p. 224).⁶

O aparato e as estruturas tradicionais anteriores à luta armada não podem ser desconsiderados. Foi um campo de disputas e negociações. Devido à legitimidade das chefias tradicionais, seu prestígio e poder junto às comunidades, fruto também das dinâmicas internas dessas sociedades, assumem-se como elementos de ligação entre populações, movimentos de libertação e instituições do Estado português.

Busco demonstrar que existiu uma série de arranjos que, direta ou indiretamente, fundamentou e garantiu a presença dessas mulheres na luta anticolonial ao mesmo tempo em que, nas brechas, possibilitou uma atuação própria, além das estruturas, às quais estavam atreladas.

Para tanto, o presente artigo organiza-se em torno do estudo de caso da rainha Nhykatolo Chissengo, no qual ilustro, com base em depoimentos orais e fontes militares, de que modo os símbolos e mundo tradicional foram mobilizados e instrumentalizados para garantir a participação das mulheres na luta, como foi o caso da rainha Nhykatolo e das diversas autoridades, chefias tradicionais e religiosas que, por iniciativas bastante diversas, envolveram mulheres na resolução dos problemas conferidos pela guerra, em conjunto com os movimentos de libertação e até mesmo com os colonizadores. Na conclusão, retomo questões centrais do texto.

O caso Nhykatolo Chissengo⁷

É incontável o número de mulheres que contribuíram no projeto de formação dessa nova sociedade por meio do trabalho participativo. Elas laboravam, testemunhavam e informavam as contingências da guerra. Nos autos da DGS, referenciavam as localizações dos acampamentos, efetivos, segurança, ofereciam sinalizações, identificavam armas através de fotografias. São elas quem, através do seu testemunho e das suas subjetividades, integrantes de diferentes “nós”, colocavam portugueses e os movimentos de libertação a par das condições sociais de guerra, das razões, convicções, suscetibilidades, medo e inseguranças que, por sua vez, implicavam suas escolhas no contexto de luta anticolonial. As africanas informavam e movimentavam-se a partir de estruturas “locais”.

Não podemos inferir ao certo os interesses em questão. Na luta emergente pela vida e segurança foram vários os caminhos “políticos” que, inseridos em situações imediatas, pautavam-lhes as ações.

Nesta disputa, sobre a situação no Distrito do Moxico, ocorrida em maio de 1966, foi assim que personalidades como a rainha Nhyakatolo⁸ (Kandimba, 2019, p. 232) – incluída na categoria mais abrangente de “autoridades tradicionais”, na fonte intitulada “autoridade administrativa” – foram mobilizadas pela governança administrativa e militar portuguesa a falar aos sobas lundas e luenas da margem esquerda do Zambeze.⁹ Segundo a sueca Birgitta Largeström, Nyacatolo Chissengo é filha de Chikassa Sachissengo e de Nyacatolo Kutemba, ambos de profissão agricultores, natural de Cazembo, Município de Alto Zambeze, provincial de Moxico. Ela é rainha dos luvale e também de toda a área geográfica dos Lunda Chokwe (Lagerström, 2009, p. 97).

Ao falar com esses povos, na descrição do documento, a rainha diz estar muito “zangada” com a fuga dos povos Nhaulembe, Sachincongongo, Zenzengoma, Chiaze e Muema e aconselhou os africanos, e também as africanas (embora a fonte não cite, mas pela descrição e dados gerais podemos concluir que eram incluídas), a colaborarem com as autoridades portuguesas. Alguns dos sobas presentes, inclusive, comprometeram-se a denunciar ações de pessoas consideradas “subversivas” e “infiltradas”.

Nessa ocasião, foi distribuído pelos sobas fubá, vinho e peixe seco, sinalizando o processo de negociação em troca de apoio político. Aproveitando a presença da rainha Nhyakatolo, as autoridades administrativas portuguesas organizaram alguns grupos de emissários para contatar as populações que haviam fugido devido à guerra. Era grande o fluxo de populações que, devido às condições precárias de sobrevivência, tendo em vista o cotidiano profundamente alterado, deslocavam-se para outras cidades e até países. A reunião teria ocorrido em “boa harmonia” apesar de, segundo o documento, os africanos (e as africanas) presentes “mostrarem-se indiferentes ao que fora dito”.

Na busca de convencimento e garantia de participação, ainda segundo essa documentação, em junho de 1966, um mês após, consta a informação de que correu notícia, “com certa insistência”, que a rainha Nhyakatolo soube previamente que os povos do Lumbala fugiriam para a Zâmbia.

Denunciava-se que a rainha também fugiria, e que seu filho, Jaime Jamba, teria interferido diretamente na fuga desses povos. São solicitadas averiguações no sentido de se constatar se há algum fundamento na notícia que, por ter colaborado anteriormente com as autoridades portuguesas, foi tida como *boato*.

Tendo em vista o contexto de guerra, havia um clima de suspeita entre as populações, fazendo circular boatos que muitas vezes geravam, segundo a documentação, situações de “desorientação” e “alarme”. Sobre esses rumores, pela documentação, a DGS costumava abrir inquéritos e realizar diligências no sentido de identificar os responsáveis. Nas ocorrências da DGS, por exemplo, foi comum autoridades militares portuguesas usarem os dizeres dessas populações como objeto de prova, nos comentários de que “recebeu informações de nativos” e “ouvíram-se nas proximidades”,¹⁰ “verificou-se correr entre os nativos”,¹¹ “circulam em toda a província”,¹² “correram nos bairros periféricos”,¹³ “chegaram informações acerca da extraordinária proliferação de boatos”.¹⁴ Tais registros, mas não somente, também as fontes orais, demonstram a relevância da forma como essas populações observavam e vivenciavam a guerra.

Ancorados nos testemunhos orais, os relatórios e interrogatórios da PIDE/DGS têm valor considerável também como forma de registro das múltiplas sensibilidades anticolonialistas existentes na época. Tal fato aponta a preocupação da polícia portuguesa no sentido da tentativa de se evitar o “clima de insegurança” e medo instaurados, também responsáveis pelas movimentações de povos, mulheres e crianças.

Ao que constato, essa atmosfera gerava novas adesões à luta anticolonial, a desistência no trabalho das lavras dos colonizadores, o trabalho voluntário nas zonas libertadas e o aumento dos deslocamentos, fatos que consequentemente prejudicavam e ameaçavam a permanência destes no país. Essas narrativas ou a circulação delas originavam-se tanto da necessidade de modificar realidades quanto da simples descrição de um determinado acontecimento.

Sobre o caso da rainha, no mês seguinte, em julho, a autoridade administrativa portuguesa mandou comparecer, ao posto administrativo, os vários sobas luenas e lundas da região para ouvirem a rainha Nhyakatolo sobre os incidentes ultimamente verificados na área de Lumbala, e sobre a fuga do povo Luena para a Zâmbia.¹⁵

De acordo com o documento, a referida rainha, falando aos sobas, não sem fazer eco de sua admiração, lamentou o fato do povo da margem direita do rio Zambeze, desde Lumbala a Caripande, ter abandonado o território nacional sem motivo justificado. Explicou que se tinha deslocado à área fronteira com o fim de conseguir o regresso do seu povo, sem que tivesse obtido qualquer resultado.

Nessa mesma ocasião falou um soba lunda que destemidamente, segundo a fonte, disse aos luenas que esses “não prestavam para nada” e que os lundas colaboravam com os brancos por se considerarem portugueses. Manifestou que recebeu mensagem da Zâmbia pedindo sua colaboração na luta de libertação, mas que teria “recusado terminantemente”. Na descrição do documento, “este arrazoado deixou os luenas boquiabertos, inclusive a própria ‘rainha’, que cumprimentou o soba orador, não dando mostras do seu estado displicente”.¹⁶

Em agosto do mesmo ano, é referido na documentação que, de acordo com alguns africanos residentes na área da Zâmbia, a rainha Nhyakatolo estaria comprometida com os movimentos de libertação e, desde o início, “teria conhecimento das atividades dos mesmos, na área sob a sua influência, sem de fato ter dado qualquer informação às autoridades portuguesas, embora, quando convidada, simulasse colaborar”.¹⁷

Foi um movimento que deixou confusas as autoridades administrativas e militares portuguesas, visto que, como registrado na fonte, não se tenha compreendido como a máxima autoridade tradicional dos luenas não tivesse conhecimento do que se passava em pormenores em sua zona de influência, onde os principais sobas, inclusive aqueles que fugiram com medo da repressão das tropas portuguesas, por serem “cúmplices dos movimentos de libertação”, fossem seus parentes. Portanto, questionava-se no documento: “ou a rainha Nhyakatolo tem entendimentos com o inimigo” ou então “não exerce nenhuma influência sobre o seu povo”.¹⁸

Na fonte, é referido que o soba Sachincongo e a soba Nhaulembe, tia da rainha Nhyakatolo, eram dos sobas que mais se comprometiam com os movimentos de libertação,¹⁹ motivo que levava ao receio de alguns, de regresso da Zâmbia para Moxico, da perseguição portuguesa.²⁰ É registrado também que “elementos terroristas” que atuavam em Lumbala dispunham de barcos de borracha para atravessar o rio e que o chefe seria o filho da rainha.²¹ Caminhos, abrigos, pontes, rios e sua gestão eram não só instrumentalizados a serviço da guerra, como também autorizava o poder político local a criar as condições para assegurar a circulação, abrindo e fechando rotas.

Em maio de 1967 aparece informação de que a rainha Nhyakatolo pretendia transferir a sua residência para o Luso, alegando que não se sentia segura naquela área por ser considerada amiga dos portugueses. É registrado, ainda, que o motorista da rainha já tinha desaparecido há um tempo e só depois ela teria dado conhecimento às autoridades administrativas portuguesas.²²

A rainha Nhyakatolo vem de uma linha de sucessão matrilinear dos povos luvale-luenas, tendo direito, portanto, a muitos maridos. Em Angola, seu poder foi consolidado no século XIX, “depois da guerra com outras chefias vizinhas, em território das atuais repúblicas de Angola e da Zâmbia, pelo controle de Nana Kandundo, o mais importante mercado de alimentos e borracha da África Central” (Tavares, 2009, p. 79).

Ana Paula Tavares, pesquisadora angolana, explica que, em 1918, “o recrutamento e outras atividades ligadas ao trabalho forçado, levaram Nhyakatolo Kutemba, mãe de Nhyakatolo Chissenga, neta da anterior e falecida em 1956, a ameaçar a abandonar o território da colônia de Angola”, levando outras chefias locais e seus povos a se refugiarem em outros países (Tavares, 2009, p. 79). Era um reinado, portanto, que se confrontava com os colonos portugueses.²³

Neste jogo diplomático, percebe-se como a rainha Nhyakatolo, bem como sobas, mobilizavam homens e mulheres, voluntária e intencionalmente, a desenvolverem atividades de guerra. Os portugueses precisavam do apoio das populações dessas regiões, provavelmente da mão de obra, por tratar-se de zona agrícola, e queriam que a rainha persuadisse seus povos a colaborar com eles. Era atividade de sensibilização de autoridades locais, apelo à população rural, na busca de se conseguir uma base de guerra.

Então, resultado de acordos políticos, relações diplomáticas, de solidariedade e condicionamento da vida econômica e social dos respectivos povos, mulheres comuns passam a atuar na guerra. Ou seja, foi também a partir das diferentes realidades sociais e organizativas de muitas regiões do interior de Angola que as africanas se posicionam na guerra. Sobre essas sociedades, o pesquisador Fernando Pacheco explica:

As sociedades a que se reportam os chamados poderes tradicionais são sociedades linhageiras cuja organização social é fundada no parentesco e cujo substrato filosófico-religioso se baseia no culto dos antepassados. Em situações em que uma comunidade linhageira se impõe a outros por via da anterioridade da ocupação do território e das alianças, que vai estabelecendo, gera-se um poder político que é justificado como privilégio herdado dos antepassados da linhagem dominante. (Pacheco, 2002, p. 5).

Com efeito, pelo poder político legitimado pela história e cultura das populações que representavam, anterior ao poder de Estado dos portugueses, quer do ponto de vista geográfico, social ou estrutural, essas autoridades tradicionais conformavam uma ideia de autodefesa dessas populações. Seja na vida comunitária, nos aspectos ligados à organização dos trabalhos agrícolas, à força de trabalho e à organização dos sistemas de troca.

Era nessa estrutura que as mulheres das comunidades, principalmente das áreas rurais, gerenciavam seu cotidiano e se estabeleciam nesse contexto de guerra. Estabelecidas em comunidades, pela natureza dos grupos baseados em laços de parentesco, de amizade, afetivos, de trabalho, igreja, escola, com respeito a lideranças locais, grupos formados socioculturalmente, situavam-se apoiadas em posicionamentos particulares ao seu *ethos* de grupo ou interesses espontâneos. Isso aponta também para o fato de que a relação entre os movimentos de libertação e as autoridades tradicionais têm uma história que se fortalece na luta de libertação, segundo a qual, em certos lugares, sobas e outras lideranças tradicionais são integrados ou, a depender da situação, afastados, ignorados diante das demandas de guerra.

Segundo Pacheco, fruto de controvérsias, a própria rainha Nhyakatolo teria sido acusada de colaborar com os portugueses e logo depois integrada pelo MPLA, já no pós-guerra (Pacheco, 2002, p. 5). Fato é que a rainha Nhyakatolo, sendo chefe do povo do Alto Zambeze, na zona B, da 3ª região político-militar da Frente Leste de Angola (controlada pelo MPLA), foi alvo do interesse português pelo poder de mobilização e legitimidade de seu povo.

Entrevistada pela jornalista sueca Birgitta Lagerström (2009), Nhyakatolo explicou que sensibilizava seu povo para que “contribuísse com víveres (alimentos) e dinheiro na resistência”. Por sua atuação histórica na luta contra o colonizador, a jornalista reconheceu a rainha enquanto chefe tradicional e símbolo vivo da tradição cultural não só do povo Luvale, mas de toda Angola (Lagerström, 2009, p. 100-101). Conforme a documentação apresenta, por muitas vezes o reinado de Nhyakatolo viu-se confrontado com os colonos portugueses. Lagerström acrescenta que “os portugueses precisavam de mão de obra da região e queriam que a rainha lhes fornecesse as suas gentes. Ela aconselhava o povo a fugir e a emigrar se fosse necessário. Os portugueses ficavam em litígio com a rainha, a qual nunca se deixou intimidar” (Lagerström, 2009, p. 98).

Nhyakatolo explica que a mulher desse período era muito dedicada e cumpria escrupulosamente as suas obrigações. Perguntada sobre as mulheres que se distinguiram sem passar pelo casamento, destaca o caso de Nyamutel Passo, que, segundo testemunhas oculares, “ganhava o seu sustento dedicando-se à agricultura além de pesca e artesanato. Com os lucros destas atividades chegava a adquirir gado e aves de capoeira”. A entrevistada explicou que era tão responsável que na ausência dos homens a chefia da aldeia era dela. E acrescentou, “a minha vida assemelhava-se muito a dos meus antepassados embora com uma saliente diferença, o recrudescimento da luta de libertação nacional” (Lagerström, 2009, p. 98).

(...) atendia as pessoas junto com os anciãos, os aristocratas, para a solução de vários problemas, como casos de roubo, questões de amor etc. Todos os assuntos que se passaram na aldeia. Sou portuguesa, dizia eu quando me exigiam que assim dissesse. Entretanto aquilo que fazia não era o que dizia. Sensibilizava o meu povo para que contribuísse com viveres e dinheiro na resistência. (Lagerström, 2009, p. 98).

Sobre o reconhecimento e legitimidade como rainha, as próprias mulheres angolanas sugerem o nome de Nhyakatolo como importante, por seu papel mobilizador na luta de libertação. A angolana Palmira Bernardo (2018), membro do comitê nacional da OMA, narra:

(...) outra experiência que eu tive também foi de conhecer a rainha Nhyacotolo, a originária e isso foi em função de militantes que eram da minha sessão [da OMA], a sessão que eu coordenava e elas falavam muito: ah! nós temos aqui a nossa rainha, a nossa matriarca, mas não se fala nada dela, ninguém diz nada, ninguém... Eu disse, mas como é que é? O que é isso? (som inaudível) e explicaram-me quem era, não, é a rainha, a rainha tá lá, vive lá no palácio, tá na área do palácio, mas nós também gostaríamos que a nossa mãe também passasse a participar, disse certo? Certo, tudo bem. Então, numa outra jornada do 2 de março (dia das mulheres angolanas), eu disse: ai, se existe essa rainha, eu vou trazer essa rainha praqui. Eu tenho que ter essa rainha aqui num ato, e então lá programei aqui, a rainha pra vir, ela tava muito zangada, porque ela já estava, se encontrava aqui no país há um tempinho e nunca lhe tinha convidado, e então lá os secretários, não sei quê, não quiseram que ela viesse. Eu aí que sacrifício, eu preparei tudo isso, que a rainha não vem, não, eu vou pra lá buscar a rainha, a rainha vai ter que vir. Eu disse, eu não aceito. Então, eu vou para o palácio, muito aflita, eu vou e então eu ouvi o desabafo dos secretários. Eu me desculpei em nome da Organização e eu disse: olha, mas doravante, isso será diferente, a rainha estará sempre em todas as atividades conosco e assim foi. Eu consegui trazer a rainha Nhyacatolo para a OMA no primeiro ano (som inaudível) foi um ano bonito, (som inaudível) interprovincial, vestimos a rainha, ela gostou, ela chorou e então deixamos as portas abertas para nos anos que a OMA pretendesse a rainha estava sempre ali. A rainha era do Leste. A outra rainha também, que eu também fui desenrascar foi a do 4 de fevereiro, a rainha Engrácia, também foi uma luta, eu tive que ir na casa dela também, programávamos e ela não vinha, programávamos e ela não vinha, também havia esses (som inaudível) naquele tempo a senhora não vinha, neste a senhora vai ter que vir. A senhora tem que vir. Eu sempre teimosa, sempre lutei pelo aquilo que eu queria, então eu fui à casa da rainha. (...) também tinha uma história diferente para contar, e a mim interessava essas histórias. (...) isso fez eu conhecer um pouco mais da luta da mulher, do envolvimento da mulher na luta de libertação nacional.²⁴

O Dia da Mulher Angolana, 2 de março, é um bom exemplo de um fato histórico que merece discussão, pois essa data está mergulhada em tensões. No celebrado dia da Mulher Angolana, data da prisão de Deolinda Rodrigues e de suas camaradas guerrilheiras, comemora-se o papel desempenhado

pelas mulheres na luta de resistência contra os portugueses.²⁵ No entanto, questiona-se o reconhecimento, considerando que mulheres de outros partidos, e outras sem agremiação política, não se veem representadas nesse ideário. Conhecemos, pois, como figura pública, Deolinda Rodrigues e as quatro guerrilheiras, com atuação memorável na história de Angola. Contudo, elas não foram as únicas a combater durante a luta de independência e nem esta foi a única forma de contribuição feminina. A luta contra as forças colonialistas revela a intricada relação entre a memória/lembança/evocação do passado e a produção do discurso histórico sobre esse passado no presente (Conceição Neto, 2012, p. 187-194). Trata-se do choque entre diferentes versões da história, de disputas reveladoras de um longo silêncio sobre o passado angolano.

O caso citado pela entrevistada pode ser exemplar na medida em que nos incita a interrogar e criticar cuidadosamente os fatos mais comuns, sendo importante também para compreensão da história dos nacionalismos em Angola. Ao longo da guerra, mas principalmente no pós-independência, como Messiant (2000, p. 811) explica, “é adotada e cristalizada uma entre as diversas histórias oficiais do nacionalismo e do partido”. O que parece interessante ressaltar, no entanto, é como essa construção esteve sujeita não apenas a uma “nova visão da história”, mas também a sua “produção” (Messiant, 2000, p. 811). Embora se apresente como geral, ainda que com estatuto de parcialidade. Para Messiant, “o discurso histórico continua a ocupar um lugar central no poder simbólico do MPLA e, logo, na defesa do poder de Estado” (Messiant, 2000, p. 816).

Como assinala Palmira Bernardo, para além da apropriação de uma entidade regional por um dos movimentos de libertação, a rainha estava zangada porque talvez não lhe tenha sido dado o reconhecimento que esperava. Nesse sentido, as próprias angolanas reconhecem e valorizam seu papel como matriarca, dado seu capital simbólico como uma mulher política, diplomática e forte militarmente. Tal fato aponta que nessa seara existiram interesses em jogo muito mais diversos e complexos do que imaginamos, como, por exemplo, na forma como os discursos foram produzidos e reproduzidos.

Ainda assim, esses possíveis elementos de uma outra verdade histórica precisaram encontrar direito de cidadania e coexistência com o discurso oficial para manter o apoio e permanência dessas mulheres na luta, antes, mas também depois da independência. Quando não se criou uma ideia de continuidade na narrativa oficial de Estado. O discurso oral, quando confrontado com as fontes escritas, demonstra a importância dessas negociações. Trata-se de uma versão em que emergem histórias apagadas e desvalorizadas, fatos, grupos e sensibilidades, mesmo que atravessadas por um sentido de “verdade oficial” associado à história do MPLA. Como podemos perceber, existe de fato uma tensão inerente às diferenças entre os discursos oficiais e os dissidentes (Messiant, 2000, p. 820).

Nhyakatolo era “autoridade tradicional” que contribuiu com a participação de mulheres comuns na luta anticolonial. Assim, busco demonstrar como esses símbolos mobilizadores, além de representar os interesses de grupos, comunidades ou sociedades, colaboraram para que mulheres camponesas se posicionassem na guerra.

Como observo ao longo do texto, na documentação da PIDE, existem casos em que homens, mulheres e crianças não querem ficar junto de determinado sobado por não ter um soba considerado de prestígio entre os populares, antes preferindo habitar sobado com familiares próximos.²⁶ Isso, além de demonstrar a movimentação de mulheres em vista da reputação de seus sobas, deixa entrever suas escolhas no período de guerra.

No Distrito do Moxico, por exemplo, há o registro de notícias de pessoas infiltradas, responsáveis por contatar sobas que eram adeptos da emancipação do território angolano. Estes haveriam de fornecer nomes de pessoas de confiança a fim de conseguir uma mobilização política das populações. Ou seja, sobas dispostos a lutar pela independência, convocados por conseguirem a adesão de muitas pessoas, incluindo a garantia da participação das mulheres.²⁷

Percebemos, então, a importância dos/as sobas enquanto lideranças intermediárias entre os movimentos de libertação, as autoridades portuguesas e a comunidade. Em regiões distantes, onde o acesso era difícil, muitas vezes em decorrência do contexto de guerras, as informações, negociatas, usos e desusos da tradição, adquiriram ritmos próprios. As tradições estiveram sujeitas a mudanças, variações e adaptações em decorrência do contexto de guerra.

Ao levar as mensagens – seja dos movimentos de libertação, seja das autoridades portuguesas – às comunidades e as demandas dessas comunidades de volta aos primeiros, rainhas e os/as sobas se sobressaíam como figuras-chave, exercendo o poder da mediação, transitando de acordo com seus interesses, ao mesmo tempo em que estimulavam pessoas comuns a refletir sobre o seu posicionamento na guerra.

No Distrito do Bié, em 1969, a soba Chizanda, da região do Moxico, foi acusada de instigar a população a não colaborar com as autoridades e tentar convencer as “milícias” a não atuarem contra os movimentos de libertação. Na fonte, afirma-se que todos os homens das milícias colaboravam com a soba.²⁸ A soba Nhamingochi parece ter sido outra colaboradora direta com um dos movimentos de libertação, no caso o MPLA.²⁹

Existe ainda ocorrência de disputas entre sobas que apadrinhavam os movimentos de libertação e aqueles que apoiavam os portugueses. Na fonte, é relatado o caso de um soba que teria “aversão aos brancos e pretos que colaboravam com as autoridades”.³⁰ Tal fato gerava ameaças, disputas, revoltas e inimizades.

Encontrei também registros de sobas e outros nativos que fizeram propaganda antiportuguesa, exibindo, para tal, panfletos em que se viam “pretos acorrentados”.³¹ A prisão de sobas por suspeita de possuírem armas de fogo e conhecerem os “detentores de armamento”, sem os denunciarem às autoridades.³² Há denúncia contra o soba Nhalucatula que, ao manter contato com pessoas do MPLA, oferecia-lhes gêneros alimentícios e outros artigos que adquiriam no comércio local.³³ Nas fontes, existem ainda notícias de que sobas deixaram transparecer estarem comprometidos com algo que ainda não tinha sido “possível averiguar concretamente”.³⁴

No Distrito de Lunda, em 1968, segundo afirmaram “algumas mulheres”, todos os sobas tinham conhecimento de que o “inimigo” ia atacar o aquartelamento local das tropas portuguesas.³⁵ Isso deixa entrever o papel desempenhado pelas autoridades tradicionais, fazendo um jogo de disputas e alianças tanto com portugueses, quanto com os movimentos de libertação, garantindo uma base na luta anticolonial. Embora referindo-se a outra região, Maria José Antônio Bulenvulu (2019) sintetiza:

Nessa revolução enquanto os missionários viessem, o pai, reverendo, participava dessas reuniões com os missionários, os regedores, regedores eram praticamente os sobas, espécie de reis. Então os reis, existem os regedores, existiam os sobas, os sobas eram subalternos dos regedores, quer dizer, os reis tinham os sobas, os sobas eram subalternos dos reis. Então, o rei tinha que participar, que é os regedores na altura, eram chamados regedores, para que esses também tivessem, soubessem o que estava a acontecer. (...) porque eram reuniões clandestinas ainda, porque era perigoso (...) nesse contexto de sentido não tinha outra força senão despertá-los e dizer que um dia a África vai ficar livre.³⁶

O que significa que nesse período de guerra de libertação, essas autoridades eram requisitadas em favor de interesses nacionalistas, e, ao mesmo tempo, portugueses. Assim, atuavam na tentativa de construir e consolidar um senso das transformações políticas em curso. Não se tratava apenas de ações deliberadamente isoladas.

Busco demonstrar que tal movimentação simbólica afetou diretamente as mulheres das comunidades, principalmente do meio rural; aquelas que lutaram e se deslocaram nessa conjuntura de guerra, numa relação dialética entre diferenciação e pertencimento, aproximação e afastamento, articulação de conjunturas local/regionais e nacionais.

Além de perceber como os movimentos de libertação, lideranças locais e portuguesas instrumentalizavam esse campo de disputas, as angolanas posicionavam-se e atuavam em diferentes frentes, fabricando sua participação. Eram sujeitas ativas, criando e recriando sua colaboração na guerra, apoiando-se em estruturas tradicionais, ao mesmo tempo, incorporando os elementos da luta de libertação, fazendo escolhas dinâmicas. Nesses fluxos participativos, identifiquei atuações e experimentações realizadas por mulheres angolanas, comuns, na luta anticolonial.

Assim, percebe-se que a atuação das mulheres camponesas do interior de Angola ocorreu por meio de atividades cooperativas, redes locais de solidariedade ditas tradicionais, base de apoio da luta anticolonial, essenciais à engrenagem de um todo, não sustentável, sem as atividades dessas mulheres.



Figura 1. Rainha Nhakatolo ou Nyakatolo Chissengo morreu com 112 anos. Foi coroada em fevereiro de 1957, aos 79 anos de idade, quando sua mãe, a rainha Nhakatolo Kutemba, morreu. Em julho de 2004 foi sucedida por sua neta, a rainha Nhakatolo Tchilomb que faleceu recentemente aos 86 anos, em julho de 2023. Foto retirada do livro LAGERSTRÖM, Birgitta. *As angolanas*. Stockholm, 2009, p. 96.

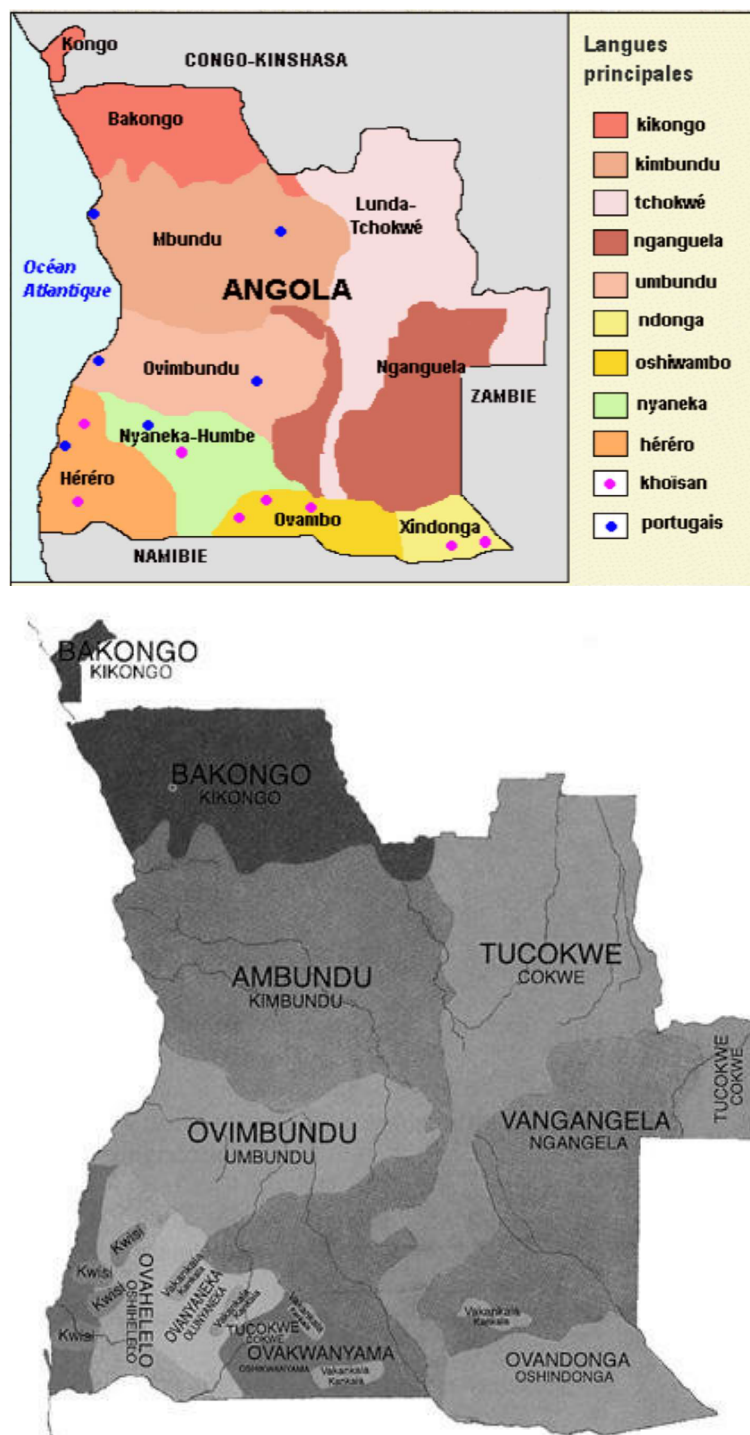


Figura 2. Mapa etnolinguístico de Angola.



Figura 3. Palmira Pascoal Bernardo/OMA. Fotografia da autora, Dayane Augusta Santos da Silva.

Conclusão

Nhyakatolo Chissengo, filha de Chikassa Sachisengo e de Nhacatolo Kutemba, ambos agricultores e naturais de Cazembo, no município de Alto Zambeze, na província do Moxico, foi rainha dos luvale e da área geográfica dos Lunda Chokwe. Começou a reinar aos 79 anos de idade, quando a mãe faleceu. Foi coroada em fevereiro de 1957. Assim como suas antecessoras, seu reinado foi confrontado com os colonos portugueses, com destaque para o recrudescimento da luta de libertação nacional. Mesmo antes de ser coroada, desenvolveu funções administrativas e atividades agrícolas com as massas populares do Leste de Angola. Realizou visitas a províncias, anteriormente distritos, municípios e

povoações. Participou de encontros com governadores, inspetores e sobas. E já como rainha, da mesma maneira que a mãe, atendia populares nganda junto com os mais velhos e aristocratas como forma de solucionar problemas, como no caso de roubo, questões de amor e tudo aquilo que dizia respeito a vida nas aldeias.³⁷

Sendo chefe tradicional do povo da área, no Alto Zambeze, particularmente em Cavungo-Nana Cudunho, na zona B da 3ª Região político-militar, Frente Leste, Nhyakatolo Chissengo foi alvo da política salazarista pelo seu poder de mobilização. Com este fim, a rainha teria sido, inclusive, levada para Portugal. Fazendo jogo duplo, entretanto, nem sempre aquilo que fazia era o que dizia.

Em entrevista ao Suplemento Vida & Cultura do jornal de Angola, de 1982, afirmou ter recebido cartas do presidente Agostinho Neto, expedidas da Zâmbia, passando pelo Zaire. Além disso, declarou ter recebido clandestinamente guerrilheiros do MPLA, apoiando-os logisticamente e com informações e disse não ter denunciado os incursos dos guerrilheiros. Teria influenciado seu povo a apoiar o MPLA, e, também, os sensibilizado a contribuir com víveres na luta de libertação.

Demonstrando grande estratégia política e diplomática, e com o propósito de garantir a segurança da comunidade e preservar sua liberdade que no Moxico, a rainha Nhyakatolo procurava mediar a comunicação entre a população da sua comunidade com o MPLA. O que ao mesmo tempo que lhe dava poder frente a esse movimento de libertação, legitimava sua autoridade junto às comunidades que liderava. As mulheres anônimas, algumas delas camponesas, não estavam à parte desse processo.

No caso dessas diferentes regiões do interior de Angola, como Moxico, Bié, Uíge, Lunda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huíla, Cuando-Cubango, Huambo, Cabinda e Malanje, o enfrentamento de soberanias locais ao poder do colonialismo foi uma constante. As lideranças locais também criaram estratégias como forma de garantir atuação própria e de suas comunidades, a depender das circunstâncias, juntamente com os movimentos de libertação, e até mesmo com portugueses.

É dessa forma que a relação entre a cultura oral, escrita e visual no combate contra o colonizador foi usada como verdadeira arma, tanto no campo das ideias quanto no sentido de incentivar ações. Isso contribuiu para que um sem-número de mulheres, longe de estarem passivas ou conformadas com a condição social que lhes era atribuída, rompessem paradigmas, trabalhando nas bases dos movimentos de libertação ou simplesmente contribuindo fora dessas zonas guerrilheiras.

A estrutura de guerrilha e os movimentos de libertação dependeram desse apoio político e militar. Tornar o movimento dessas mulheres visível abre novas possibilidades de interpretação e fornece evidências de uma imensidão de práticas dissidentes renegadas às construções pretendidas de uma versão oficial da história do nacionalismo em Angola.

O protagonismo de mulheres inseridas em tradições culturais matrilineares representa um salto significativo nas releituras de fontes e na construção de novas narrativas historiográficas sobre o período das lutas anticoloniais, ao articular o papel das memórias coletivas e sociais nesses processos.

Como a guerra ocorreu efetivamente nas regiões do interior de Angola, isso permitiu que ideias e temáticas sobre a luta anticolonial fossem difundidas e tivessem alcance entre as mulheres anônimas, algumas delas camponesas, fazendo com que toda uma estrutura “tradicional”, pensada aqui como algo dinâmico, fosse mobilizada em favor da luta de libertação.

Agradecimento

Agradeço o apoio do Instituto Federal de Brasília, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Agradeço também ao professor Estevam Thompson e a Tracy Lopes pelos comentários e sugestões à versão preliminar deste texto, bem como à professora Juliana Prado pela cuidadosa revisão do texto.

Referências

- NETO, Conceição. “Nós é que sabemos” – reflexões em torno da Memória e da História. In: ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA (org.). *Actas do colóquio da luta clandestina à Proclamação da Independência nacional*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola/Ministério da Cultura, 2012. p. 187-194.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c. 1872 - c. 1926)*. Sumário pormenorizado da lição síntese apresentada a provas para obtenção do título de Professor Agregado do 4º Grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2003.
- KANDIMBA, Aristóteles. *O livro dos nomes de Angola*. Luanda: Alende Edições, 2019.
- KASSEMBE, Dya; CHIZIANE, Paulina. *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*. Luanda: Nzila, 2008.
- LAGERSTRÖM, Birgitta. *As angolanas*. Stockholm: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:291616/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- MAKANA, Shieunda Selina. What the body remembers: traumatic narratives of war and the wounded female body as witness. In: MAKANA, Shieunda Selina. *The war needed women: gender and militarization in Angola, 1961-2002*. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) — University of California, Berkeley, 2017.
- MESSIANT, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível”: a experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA – fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. In: CONSTRUINDO O PASSADO ANGOLANO: AS FONTES E A INTERPRETAÇÃO. ACTAS DO II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DE ANGOLA. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- NSAMBU, Baptista Vicente. *As mulheres da UPA/FNLA na luta de libertação nacional de Angola: a Associação da Mulher Angolana (AMA) entre a visibilidade e o silêncio (1961-1974)*. 2024. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Évora, Évora, 2024.
- PACHECO, Fernando. *Autoridades tradicionais e estruturas locais do poder em Angola: aspectos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica*. Luanda, 2002. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/pacheco.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.
- PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes: mulheres na luta armada em Angola*. Lisboa: V/H, 2015.
- PENONI, Isabel. Cilende: o baile das máscaras no Festival da Cultura Luvale (Angola). *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, v. 3, n. 1, jul. 2018.
- REIS, Maria do Céu Carmo. Représentation sociale de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la génération des années 50 em Angola. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, n. 10, p. 140-161, 1987.
- SILVA, Dayane Augusta Santos da. *Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)*. 2021. 417 f. Tese (Doutorado em História) — Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- TAVARES, Ana Paula Ribeiro. *História e memória: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

Arquivo Nacional da Defesa (ADN)

- ADN. OMA. *O papel da mulher na revolução angolana*. 22 out. 1964.
- ADN. PIDE/ANGOLA. *Atividades subversivas – Distrito do Bié*. 19 abr. 1969.
- ADN. PIDE/ANGOLA. *Atividades terroristas em direção a Angola*. 1 jun. 1966.
- ADN. PIDE/ANGOLA. *Atividades terroristas em Angola – Distrito de Lunda*. 13 set. 1968.
- ADN. PIDE/ANGOLA. *Atividades terroristas em Angola – Distrito do Moxico*. 20 out. 1966.
- ADN. PIDE/ANGOLA. *Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico*. 19 fev. 1969.

ADN. PIDE/ANGOLA. *Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico*. 19 mar. 1970.

ADN. PIDE/ANGOLA. *Apresentação de populações*. 5 set. 1969.

ADN. PIDE/ANGOLA. *Quartel IN na Zâmbia*. 4 ago. 1966.

ADN. PIDE/ANGOLA. *“Rainha” Nhacatolo*. 29 jul. 1966.

ADN. PIDE/ANGOLA. *Situação no Distrito do Moxico*. 11 jun. 1966.

Arquivo Histórico Militar (AHM)

AHM. F7/B/SR12/SSR3. cx. 240 – *Angola, 1959-1971*.

AHM. F7/B/SR12/SSR3. cx. 244 – *Angola, 1959-1971*.

AHM. F7/B/SR12/SSR3. cx. 246 – *Angola, 1959-1971*.

AHM. F7/B/SR13/SSR4. cx. 271 – *Angola, 1960-1974*.

Entrevistas

Entrevista de Cipriana Domingues Miguel Kauaa e Maria José Antônio Bulenvulu – AMA/FNLA. Luanda, 2019.

Entrevista de Guilhermina Tchiteculo – LIMA/UNITA. Luanda, 2019.

Entrevista de Palmira Pascoal Bernardo – OMA/MPLA. Luanda, 2018.

Notas

¹ Para maiores informações sobre a origem das fontes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE/DGS) e as condições de produção dessa documentação, ver em: Silva (2022, p. 105-125).

² Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa, F7/B/SR13/SSR4, Angola, 1960 – 1974, cx. 271.

³ Arquivo da Defesa Nacional (ADN), Lisboa, Organização da Mulher Angolana (OMA) – *O papel da mulher na revolução angolana*, 22 de out. 1964.

⁴ Arquivo da Defesa Nacional (ADN) – Lisboa – Organização da Mulher Angolana (OMA) – *O papel da mulher na revolução angolana*, 22 de out. 1964.

⁵ Entrevista de Guilhermina Tchiteculo – (LIMA/UNITA) – Luanda, 2019.

⁶ Nas diferentes regiões do interior de Angola, o poder tradicional encontrava-se dividido entre diferentes representações políticas. De acordo com Isabel Penoni, a título de exemplo, dos dados oficiais da administração do Alto Zambeze, de 2013, “só no município existem 464 “autoridades tradicionais”, sendo uma rainha, 12 regedores (representante tradicional no nível das comunas), 105 sobas (representante a nível das chefias), 288 sobetas (relacionadas a núcleos de povoações e familiares específicos), 6 ajudantes de regedores e 52 ajudantes de sobas. Todos considerados “autoridades tradicionais”.

⁷ No texto, adoto o termo “rainha” para referir-me a Nhyakatolo. Entendo e reconheço seu caráter eurocêntrico. Os próprios militares portugueses usam o termo entre aspas para conferir menor legitimidade, grau de importância e relações de poder a autoridade tradicional dos lundas e luenas. Nhyacatolo não é tratada por uma relação de igualdade. A forma como se referem aos reis e às rainhas africanos não é a mesma quando se referem aos reis e às rainhas europeus. Há uma certa tensão. Existem designações nas línguas locais para referir-se a pessoas que tem um estatuto social diferenciado. E há a utilização frequente das designações em língua portuguesa com o uso “rainha”. Há que entender-se também que, com o passar do tempo, muitas designações foram apropriadas por estas estruturas tradicionais, nessa relação de soberania, grandeza e feitos em si. Nhyacatolo é de uma linhagem de rainhas. Sua mãe também foi rainha. Mantenho o termo “rainha”, pois assim encontrei na documentação. O nome Nhyakatolo também apresenta duas grafias: Nhacatolo e Nhyakatolo. Opto pela grafia dos documentos analisados.

⁸ Aristóteles Kandimba, no *Livro dos nomes de Angola*, significa Nakatolo [na-ka-tó-lo]/Nyakatolo [Nia-ka-tó-lo] como um nome que “diz-se provir de Katolo (gergelim) ou de Kutolola (bater com grande estalada). Explica que Nyakatolola é cognome das rainhas do povo Valwena ou Luwale. Sua Majestade Nyakatolo Tchilombo é a atual rainha. Narra que sua alcunha é “símbolo do poder de alguém que tem como objetivo provocar, intimidar, infundir medo, fazer com que seus inimigos se sintam ameaçados, aterrorizados” (Kandimba, 2019, p. 232).

⁹ ADN – PIDE/ANGOLA. Lisboa. Situação no Distrito do Moxico, 11 jun. 1966.

¹⁰ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx. 239, Angola, 1959-1971.

¹¹ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx. 241, Angola, 1959-1971.

¹² AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx. 243, Angola, 1959-1971.

¹³ AHM – F7/B/SR13/SSR4 – cx. 272, Angola, 1960-1974.

¹⁴ ADN, Luanda, 6 dez. 1966.

¹⁵ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, “Rainha” Nhacatolo – 29 jul. 1966.

¹⁶ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, “Rainha” Nhacatolo – 29 jul. 1966.

¹⁷ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Quartel IN na Zâmbia – 4 ag. 1966.

¹⁸ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Quartel IN na Zâmbia – 4 ag. 1966.

¹⁹ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Quartel IN na Zâmbia – 4 ag. 1966.

²⁰ Nessa mesma documentação é referido que as populações contatadas em território zambiano, junto à fronteira com Angola, pretendiam regressar, com exceção de soba Sachinongo e a soba Nhaulembe.

²¹ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Atividades terroristas em direção a Angola – 1 junho 1966.

²² ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Atividades terroristas – Zona Leste – 20 maio 1967.

²³ Segunda a pesquisadora Ana Paula Tavares, Nyakatolo Kutemba – posição titular considerada pela tradição Luwale (Lwena) na descendência de Kutemba Mulombwe –, era irmã de Cinyama Ca Ngambo. O seu poder consolida-se no século XIX, depois das guerras com outras chefias vizinhas, em território das atuais Repúblicas de Angola e da Zâmbia, pelo

controle de Nana Kandundo o mais importante mercado de alimentos e borracha da África Central. Em 12 de Novembro de 1903, a Nyakatolo Ngambo Nya Mimbungo (falecida em 1914) assinou um tratado com o governo português. Cerca de 1918, o recrutamento e outras atividades ligadas ao trabalho forçado, levaram Nyakatole Kutemba, neta da anterior e falecida em maio de 1956, a ameaçar abandonar o território da colônia de Angola (Tavares, 2009, p. 79).

²⁴ Entrevista de Palmira Pascoal Bernardo – OMA/MPLA, Luanda, 2018.

²⁵ Deolinda Rodrigues foi uma importante guerrilheira angolana, uma das primeiras mulheres a fazer parte do corpo diretor do MPLA, na condição de chefe do Departamento de Assuntos Sociais. Irmã de Roberto de Almeida e prima de Agostinho Neto.

²⁶ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Apresentação de populações – 5 set.1969.

²⁷ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Atividades terroristas no Distrito do Moxico – 20 out.1966.

²⁸ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19 fev.1969.

²⁹ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Atividade terrorista em Angola – Distrito do Moxico – 19 mar. 1970.

³⁰ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Atividades subversivas – Distrito do Bié – 19 abr. 1969.

³¹ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.240, Angola, 1959-1971.

³² AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.244, Angola, 1959-1971.

³³ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.246, Angola, 1959-1971.

³⁴ AHM – F7/B/SR12/SSR3 – cx.246, Angola, 1959-1971.

³⁵ ADN – PIDE/ANGOLA, Lisboa, Atividades terroristas em Angola – Distrito de Lunda – 13 set.1968.

³⁶ Entrevista de Cipriana Domingues Miguel Kauaa e Maria José Antônio Bulenvulu – AMA/FNLA – Luanda, 2019.

³⁷ *Jornal de Angola*, Suplemento Vida & Cultura, 4 de agosto de 1991, p. 4.

Submetido: 24/11/2024
Aceite: 05/10/2025